

## **PORTARIA GPR/Nº 557, DE 26 DE MAIO DE 2011**

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, constante do anexo a esta portaria.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA**  
Presidente do TJDFT

<b>PUBLICADA NO DO</b>	<b>SEÇÃO 1</b>
<b>FL. 240</b>	<b>De 27/05/2011</b>

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Maio/2010 a Abril/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Mai/10 a Abr/11)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.315.909.989,82</b>	<b>2.628.129,71</b>
Pessoal Ativo	1.071.101.359,47	2.059.717,31
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	54.236.353,02	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.016.865.006,45	2.059.717,31
Pessoal Inativo e Pensionistas	244.808.630,35	568.412,40
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	8.515.810,62	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	236.292.819,73	568.412,40
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ( § 1º do art.18 da LRF)		
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>270.919.613,77</b>	<b>2.628.129,71</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	22.772.099,61	
Despesas de Exercícios Anteriores	15.971.062,67	2.628.129,71
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	232.176.451,49	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.044.990.376,05</b>	0,00
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>1.044.990.376,05</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
		<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>524.379.492.000,00</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	<b>0,199281%</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	<b>1.442.043.603,00</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	<b>1.369.941.422,85</b>

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010, e Portaria STN nº 328/2011, que divulga a Receita Corrente Líquida.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Sentença judicial sem precatório refere-se à execução nas rubricas 331909127, 331909129, 331909131 e 331909291.

3) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de maio a dezembro/10, excluindo-se dessas as vinculadas às fontes 56/69.

4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 56/69.

CID MOREIRA  
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO  
Secretária de Controle Interno

GUILHERME DE SOUSA JULIANO  
Secretário-Geral do TJDF

## **PORTARIA GPR/N 1096, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011**

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

**Art. 1º** – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, constante do anexo a esta portaria.

**Art. 2º** – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA**  
Presidente

<b>PUBLICADA NO DO</b>	<b>SEÇÃO 1</b>
<b>FL. 120/121</b>	<b>De 28/09/2011</b>

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Setembro/2010 a Agosto/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Set/10 a Ago/11)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.326.068.772,04</b>	<b>2.628.129,71</b>
Pessoal Ativo	1.078.553.251,04	2.059.717,31
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	53.915.780,54	
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.024.637.470,50	2.059.717,31
Pessoal Inativo e Pensionista	247.515.521,00	568.412,40
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	8.794.358,96	
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	238.721.162,04	568.412,40
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ( § 1º do art.18 da LRF)		
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>273.416.172,55</b>	<b>2.628.129,71</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	22.772.099,61	
Despesas de Exercícios Anteriores	15.791.490,72	2.628.129,71
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	234.852.582,22	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.052.652.599,49</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>1.052.652.599,49</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
		<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>552.733.063.000</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	<b>0,190445%</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	<b>1.520.015.923</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	<b>1.444.015.127</b>

FONTE: SIAFI; Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010; Portaria STN nº 647/2011, que divulga a Receita Corrente Líquida; e Decreto nº 3.917/2011, que estabelece os limites para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Sentença judicial sem precatório refere-se à execução nas rubricas 331909127, 331909129, 331909131 e 331909291.

3) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de setembro a dezembro/10, excluindo-se desses as vinculadas às fontes 156/169.

4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 156/169.

FÁTIMA ORBAGE DE BRITTO  
 Secretária Substituta de Recursos Orçamentários e Financeiros

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO  
 Secretária de Controle Interno

GUILHERME DE SOUSA JULIANO  
 Secretário-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Janeiro/2011 a Dezembro/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Jan/11 a Dez/11)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.395.772.577,89	11.725.200,11
Pessoal Ativo	1.121.883.740,52	3.539.249,48
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	31.300.377,11	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.090.583.363,41	3.539.249,48
Pessoal Inativo e Pensionistas	273.888.837,37	8.185.950,63
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	8.571.858,28	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	265.316.979,09	8.185.950,63
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	347.670.617,23	11.725.200,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	105.910.066,23	11.725.200,11
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	241.760.551,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.048.101.960,66	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.048.101.960,66	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		558.706.387.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,187594%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	1.536.442.564,25
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	1.459.620.436,04

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010 e Portaria STN nº 30/2012, que divulga a Receita Corrente Líquida.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Sentença judicial sem precatório refere-se à execução nas rubricas 331909127/29/31 e 331909291.

3) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução, a esse título, nas fontes 56/69.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c) = (a – b)
Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados (50)	7.700.481,44	663.740,77	7.036.740,67
Pagamento Pessoal inativo (69)	9.373,00	-	9.373,00
Recursos Diretamente Arrecadados – Rendimentos convênios (80)	2.899.614,44	-	2.899.614,44
Recursos de Convênio (81)	37.488.938,36	174.925,59	37.314.012,77
Recursos Diversos <sup>1</sup> (90)	1.525.177,67	1.525.177,67	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>49.623.584,91</b>	<b>2.363.844,03</b>	<b>47.259.740,88</b>
Recursos Ordinários <sup>3</sup> (00)	53.162.754,89	11.019.376,39	42.143.378,50
Custas e Emolumentos - Poder Judiciário (27)	10.888.452,35	1.800.046,56	9.088.405,79
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>64.051.207,24</b>	<b>12.819.422,95</b>	<b>51.231.784,29</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>113.674.792,15</b>	<b>15.183.266,98</b>	<b>98.491.525,17</b>

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
DOS SERVIDORES<sup>2</sup>

FONTE: SIAFI 2011 - Elaboração SUCON-TJDFT

Nota 1) Recursos Diversos correspondem a obrigações junto a terceiros (depósitos) desvinculadas da execução orçamentária. Não foram considerados para efeito de disponibilidades as cauções recebidas para garantia de contratos (R\$ 274.428,67), por não se tratarem de disponibilidade do Órgão.

Nota 2) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 3) Não foram considerados para efeito de disponibilidade os recursos diferidos (R\$ 59.502,13), decorrentes de sub-repasse à Vara da Infância e da Juventude.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE E DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA A FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Não Financeiros Diret. Arrecad. (50)	633.684,87		30.055,90	5.671.971,00	7.036.740,67	
Pagamento Pessoal Inativo (69)					9.373,00	
Recursos Diret. Arrec. – Rend. Convênio (80)				2.899.614,44	2.899.614,44	
Recursos de Convênio (81)	64.682,10		110.243,49	37.314.012,77	37.314.012,77	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>698.366,97</b>	<b>0,00</b>	<b>140.299,39</b>	<b>45.885.598,21</b>	<b>47.259.740,88</b>	
Recursos Ordinários (00)	315.509,71	3.037.789,76	7.666.076,92	47.978.906,51	42.143.378,50	
Custas e Emolumentos – Poder Judiciário (27)	197.585,85	484.005,32	1.118.455,39	3.933.378,37	9.088.405,79	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>513.095,56</b>	<b>3.521.795,08</b>	<b>8.784.532,31</b>	<b>51.912.284,88</b>	<b>51.231.784,29</b>	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.211.462,53</b>	<b>3.521.795,08</b>	<b>8.924.831,70</b>	<b>97.797.883,09</b>	<b>98.491.525,17</b>	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
DOS SERVIDORES<sup>1</sup>

FONTE: SIAFI 2011

Nota 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.048.101.960,66	0,00187594
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,275000%>	1.536.442.564,25	0,27500000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,261250%>	1.459.620.436,04	0,26125000

  

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	97.797.883,09	98.491.525,17

FONTE: SIAFI 2011 - Elaboração SUCON-TJDFT

CID MOREIRA

Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA

Secretário Substituto de Controle Interno

GUILHERME DE SOUSA JULIANO

Secretário-Geral do TJDFT